
Sensacionalismo e espetáculo nos títulos de reportagens jornalísticas sobre violência contra mulher¹

Sandy Aline PALCZUK²

Ariane Carla PEREIRA³

Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, Paraná

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar manchetes jornalísticas de reportagens sobre violência contra a mulher a partir dos óculos teóricos do jornalismo com perspectiva de gênero. São seis os portais analisados: G1 Notícias, Brasil de Fato, Gazeta do Povo, Plural, RSN e Correio do Cidadão. Para o trabalho, os textos jornalísticos são separados em seis categorias: 1) casos de violência doméstica; 2) casos de agressão/importunação sexual; 3) políticas públicas voltadas ao combate à violência de gênero; 4) casos de feminicídio; 5) casos de violência obstétrica; e 6) ações de combate à violência. Os resultados mostram um avanço na abordagem do tema violência contra a mulher na medida em que as reportagens que visibilizam a mulher e não são condescendentes com os homens são maioria.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; gênero; violência contra a mulher; jornalismo com perspectiva de gênero.

Introdução

O que me fez sair do meu lugar de segurança e me levou a outro, de inquietação, foi ler, no dia 18 de fevereiro de 2019, manchetes que mostravam que mais uma mulher havia sido brutalmente espancada por um homem. Na primeira notícia, que tive acesso pelo Facebook devido ao número de compartilhamentos simultâneos, lia-se: “Mulher é espancada durante 4h no primeiro encontro no Rio”. Como o site não era uns dos que eu costumava ler, fui atrás da notícia em outros meios e, neles, as manchetes também enfatizavam o primeiro encontro ou o fato do casal ter se conhecido pelas redes sociais. As palavras que foram escolhidas me chamaram a atenção, na medida em que davam margem para a culpabilização da vítima, já que enfatizavam mais o fato de a mulher agredida ter colocado dentro de casa um homem que não conhecia, logo no primeiro encontro, do que ele a ter espancado por quatro horas.

¹ Trabalho apresentado na IJ08, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Acadêmica do curso de Jornalismo da Unicentro (Universidade Estadual do Centro-Oeste). Trabalho desenvolvido como Iniciação Científica, com apoio da Fundação Araucária na forma de bolsas do PIBIC (Programa Institucional de Iniciação Científica). Integrante do Grupo de Pesquisas Conversas Latinas em Comunicação. E-mail: sandypalczuk@hotmail.com.

³ Jornalista, mestre em Letras, doutora em Comunicação e Cultura. Docente do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro (Universidade Estadual do Centro-Oeste). Orientadora do trabalho. Vice-líder do Grupo de Pesquisas Conversas Latinas em Comunicação. Vice-líder da Rede de Pesquisadores em Telejornalismo (TeleJOR). Diretora Cultural da Intercom. E-mail: ariane_carla@uol.com.br.

Foi aí que o questionamento surgiu: essa prática é comum/normal no jornalismo, ao abordar casos de violência contra a mulher? Foi assim, então, que surgiu a ideia de analisar as manchetes de matérias sobre o assunto como forma de entender como o jornalismo trata o tema. Pesquisa que, agora, se concretiza nesse artigo resultado de uma Iniciação Científica, que contou com o apoio da Fundação Araucária.

Os objetivos desse trabalho, então, são compreender a proposta do Jornalismo numa Perspectiva de Gênero para, na sequência, analisar as manchetes sobre violência contra a mulher em portais de notícia nacionais, estaduais e regionais/locais e, assim, compreender como esses casos são discursivizados jornalisticamente – se por um viés de equidade, com visibilização do problema e da condição da mulher em nossa sociedade ou se com um olhar de complacência com os homens, minimizando a responsabilidade desses e culpabilizando as mulheres, na medida em que justifica-se a violência.

Para o desenvolvimento deste estudo, foram analisadas as manchetes sobre violência contra a mulher de matérias publicadas entre primeiro de janeiro e 30 de junho de 2019 em seis portais de notícias - dois de abrangência nacionais (G1Notícias e Brasil de Fato), dois paranaenses (Gazeta do Povo e Plural), e dois de Guarapuava (Rede Sul Notícias e Correio do Cidadão).

Após a coleta desse material, as manchetes foram classificadas a partir de seis categorias: 1) casos de violência doméstica; 2) casos de importunação/agressão sexual; 3) políticas públicas voltadas ao combate à violência de gênero; 4) casos de feminicídio; 5) casos de violência obstétrica; e 6) ações de combate à violência. Esses discursos, textos jornalísticos voltados a chamar a atenção do leitor, foram analisados a partir do aporte teórico dos estudos de gênero e do jornalismo com perspectiva de gênero.

A realização dessa pesquisa, em termos pessoais, poderá abrir portas para pesquisas futuras, tendo em vista que, entender como o jornalismo trata a violência contra mulher poderá ser fundamental para compreender de que maneira e com que frequência a sociedade está caminhando em termos da construção da equidade de gênero. Nesse sentido, todo pequeno passo, como essa Iniciação Científica, é importante, na medida em que a pesquisa se unirá a outras voltadas para o jornalismo em perspectiva de gênero, vertente que começa a se desenhar no Brasil, seguindo pesquisas em outros países, como a Argentina. Além disso, ao evidenciar como o preconceito de gênero e o machismo vazam pela língua – pelas palavras – o trabalho também será um alerta para os jornalistas, sobre a importância desse olhar voltado para a equidade.

Abordagem histórica e gênero

Os discursos sobre equidade são, relativamente, recentes e só são possíveis porque foram antecedidos por outros que reivindicaram a visibilidade e a voz da mulher na construção do mundo em que vivemos. É, então, pelos estudos que buscam encerrar o apagamento das mulheres que iniciamos nosso percurso teórico. A história das mulheres, em primeiro lugar, alerta que a invisibilidade feminina tem uma explicação primeira e crucial: a história é contada por homens, a partir de uma perspectiva masculina e que reforça o papel dos homens.

Fernanda Gil Lozano, em *Historia de las Mujeres, Mujeres en la Historia*, aborda o papel das mulheres latino-americanas na história. Enfatizando que o mundo sempre foi visto de uma perspectiva masculina, a autora explica que por razões culturais, sociais, religiosas e políticas, as mulheres não puderam ter acesso massivo a alfabetização e, por isso, não tiveram registros escritos por elas mesmas e passaram por um processo que ela chama de biologização, onde há o preconceito de pensarmos as mulheres como úteros eternos, sempre parindo, condenadas a apenas um destino: a maternidade (LOZANO, 2007, p. 35).

Rebecca Solnit, tanto em *Os Homens Explicam Tudo Pra Mim* como também em *A Mãe de Todas as Perguntas*, reforça também que a história das mulheres é uma história do silêncio, tendo em vista que existem várias formas de silenciar e que todas são maneiras de fazer uma mulher desaparecer, pois “se nossas vozes são aspectos essenciais da nossa humanidade, ser privado de voz é ser desumanizado ou excluído da sua humanidade” (2017a, p.28).

Os primeiros estudos de mulheres foram, então, uma tentativa de dar voz as mulheres silenciadas pela história. É só com o passar dos anos, como explica Joan Scott, que estas pesquisas começam a utilizar o termo gênero e que este ganhe status de categoria de análise, sendo incluído nos estudos feministas a partir dos anos 1980. Para a autora, seu uso também

parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. Nessa utilização, o termo “gênero” não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo “gênero” inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. (SCOTT, 1995, p. 75)

Outra característica importante do uso do termo gênero é que ele “ênfatisa o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens” e que “todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1995, p. 76). Ou seja, a terminologia “gênero” vai muito além da simples substituição de termos para os estudos sobre a história das mulheres.

Joan Scott traz um breve resumo sobre as diferentes variedades de estudos de mulheres, os dividindo em três posições: as teóricas do patriarcado; as feministas marxistas e as teóricas com fundamentos divididos entre o pós-estruturalismo francês e a teoria anglo-americana.

As teóricas do patriarcado se dedicaram em explicar as origens do patriarcado, usando a reprodução como sua sustentação. Mary O’Brien, por exemplo, acreditava que “o princípio da continuidade geracional restaura a primazia da paternidade e obscurece o trabalho real e a realidade social do esforço das mulheres no ato de dar à luz” (SCOTT, 1995, p. 77). Sulamith Firestone, seguindo a mesma linha, também acreditava que a reprodução era uma espécie de armadilha para as mulheres. No entanto, mesmo que essas teorias questionassem diversas desigualdades entre os homens e as mulheres, elas também apresentaram alguns problemas. Por exemplo, embora propusessem uma análise do sistema de gênero ao afirmar “a primazia deste sistema na organização social considerada em seu conjunto”, não mostravam qual a relação da desigualdade de gênero com as outras desigualdades (SCOTT, 1995, p. 78).

Já as teóricas ligadas a uma lógica marxista, como Catheterine MacKinnon, acreditavam que a reposta do patriarcado estava na sexualidade e, assim como as teóricas do patriarcado, suas teorias apresentaram falhas. MacKinnon acreditava que as relações de poder estavam na objetificação sexual que sujeitava as mulheres, porém não explicava necessariamente como e porque esse sistema funcionaria assim. O fato de as teóricas marxistas tentarem explicar o patriarcado juntamente com outra teoria histórica limitava o conceito gênero enquanto teoria analítica própria, levando em consideração que dentro do marxismo, o termo era tratado como um subproduto de estruturas econômicas.

As teóricas anglo-americanas enfrentavam praticamente o mesmo problema: a busca de uma explicação materialista sobre a desigualdade de gênero, sem levar conta que, “de fato, a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo e continua sob o capitalismo” (SCOTT, 1995, p. 79). A primeira tentativa de sair desse vínculo foi de Joan Kelly que, no ensaio *The Doubled Vision of Feminist Theory*, sustenta que os sistemas econômicos e de gênero teriam uma existência separada, mas permaneceu em um quadro marxista, enfatizando os fatores econômicos em relação ao sistema de gênero.

Em contraste com a escola anglo-americana, surgem as escolas francesas baseadas em Freud e Lacan (mais especificamente Lacan para as feministas). Os nomes de Nancy Chodorow e de Carol Gilligan – inspirada em Chodorow – são mais conhecidos nessa abordagem. Seus estudos focavam em como a identidade de gênero do sujeito é criada, centrando, assim, o desenvolvimento da criança e a participação dos pais em sua criação. Mas, assim como as outras teorias, estas também apresentaram problemas. Segundo Joan Scott, “essa interpretação limita

o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica e, para o historiador, ela não deixa meios para ligar esse conceito (nem o indivíduo) a outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder” (1995, p. 81).

Embora o patriarcado sempre tenha (e ainda esteja) violentando as mulheres, elas muitas vezes ocuparam linhas de resistências, combateram, rebelaram-se, opuseram-se, lutaram. E muitas foram punidas por isso. E todas as abordagens acima apresentadas nos contam dessa participação. E em busca de resolver os problemas das abordagens teóricas dos estudos de gênero, Joan Scott defende uma nova categoria analítica.

Não penso que devemos deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas acredito, isto sim, que devemos mudar alguns de nossos hábitos de trabalho, algumas questões que temos colocado. Devemos examinar atentamente nossos métodos de análise, clarificar nossas hipóteses de trabalho, e explicar como a mudança ocorre. Em vez de origens únicas, temos que pensar nos processos como estando tão interconectados que não podem ser separados. É evidente que isolamos certos problemas para serem estudados e que esses problemas constituem pontos de partida ou de entrada para processos complexos. Mas são os processos que devemos ter sempre em mente. Devemos nos perguntar mais seguidamente como as coisas se passaram para descobrir porque elas se passaram. (SCOTT, 1995, p.85)

Assim, Scott, ao buscar definir gênero, afirma que a categoria de análise pode ser dividida em duas partes e, embora reitere que esses subconjuntos estejam interrelacionados, sugere que devem ser diferenciados analiticamente. O gênero, então, por um lado, “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p.86). Isso implica em quatro subcategorias.

Em primeiro lugar, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias) – Eva e Maria como símbolos da mulher, por exemplo, na tradição cristã ocidental – mas também mitos de luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção. Para os/as historiadores/as a questão importante é: que representações simbólicas são invocadas, como, e em quais contextos? Em segundo lugar, conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. (SCOTT, 1995, p. 86)

A terceira subcategoria consiste em um tipo de análise que inclui uma concepção política e também de referência às instituições e organizações sociais. Segundo Scott, o desafio dessa nova pesquisa “consiste em fazer explodir essa noção de fixidez, em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero” (1995, p. 87). Já o quarto e último aspecto consiste na identidade subjetiva. Embora a autora deixe claro suas ideias opostas às teorias de Gilligan e outros teóricos sobre o

uso de gênero exclusivamente ao sistema de parentesco, ela acredita que a análise da identidade subjetiva deveria se dar de uma outra maneira.

Embora a teoria lacaniana possa ser útil para a reflexão sobre a construção da identidade generificada, os/as historiadores/as precisam trabalhar de uma forma mais histórica. Se a identidade de gênero está baseada única e universalmente no medo da castração, nega-se a relevância da investigação histórica. (...) Os historiadores/as precisam, em vez disso, examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas. (SCOTT, 1995, p.87-88)

Esses quatro aspectos, segundo Scott, não podem operar isoladamente, mas, ao mesmo tempo, não operam simultaneamente.

A segunda proposta de classificação de gênero da autora diz que este “é uma forma primária de dar significado às relações de poder” ou “o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88). Aqui a autora faz um apanhado histórico e de teóricos para exemplificar os estudos de poder e a sua relação com o gênero e finaliza com alguns questionamentos.

Qual é a relação entre as leis sobre as mulheres e o poder de Estado? Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, ainda que saibamos que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana? O gênero legitimou a emergência de carreiras profissionais? Para citar o título de um artigo recente da feminista francesa Luce Irigaray, o sujeito da ciência é sexuado? Qual a relação entre a política estatal e a descoberta do crime de homossexualidade? Como as instituições sociais incorporam o gênero nos seus pressupostos e nas suas organizações? Houve, em algum momento, conceitos de gênero verdadeiramente igualitários sobre os quais fossem projetados ou mesmo fundados sistemas políticos? (SCOTT, 1995, p. 93)

Essas perguntas visam apresentar gênero como uma categoria independente de análise e, como defende Joan Scott, podem fazer emergir a história/dar mais visibilidade às mulheres. Além disso, para ela, também mostram novas possibilidades para reflexões e mudanças futuras sobre políticas feministas, na medida em que “sugerem que o gênero deve ser redefinido e restaurado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça” (SCOTT, 1995, p.93).

Em uma tentativa de romper com a cultura do patriarcado, os estudos de gênero, enquanto corrente analítica própria, têm um maior potencial e uma maior autonomia teórica. E, para as mudanças, não basta apenas apontar as desigualdades, mas também admitir as diferenças. E é aí que entra a equidade. Diana Maffia propõe um esquema que consegue explicar a luta pela equidade. Assim, da mesma forma que desigualdade se opõe a igualdade, diferença se opõe a identidade. Para ela, os primeiros são conceitos políticos e os segundos ontológicos.

Cuando exigimos igualdad política entonces, no nos pueden responder que queremos identidad metafísica. ¿podemos a la vez demandar igualdad y diferencia? ¿es razonable? Es totalmente razonable, e incluso necesario. Exigimos que se tomen en cuenta las diferencias de nuestros cuerpos y que se nos otorgue igualdad política en nuestros derechos. Si no se tomaran en conta las diferencias, la ciudadanía sería algo abstracto y no podríamos ejercer nuestras diferencias, la ciudadanía sería algo abstracto y no podríamos ejercer nuestros derechos. (MAFFIA, 2007, p.17)⁴

Desse modo, se os primeiros estudos das mulheres vieram para mostrar o quanto elas foram silenciadas e para reivindicar sua participação na história, os estudos de gênero, que só são possíveis em virtude dos primeiros, vieram para questionar a desigualdade e propor a equidade.

Jornalismo em perspectiva de gênero

A primeira coisa que devemos aprender para assim poder falar de um jornalismo em perspectiva de gênero é diferenciar sexo e gênero. Afinal,

Sexo “se refiere a las características biológicas que definen a varones y mujeres” y género “a la diferencias socio-culturales entre mujeres y varones que han sido aprendidas, cambian con el tiempo y presentan grandes variaciones tanto entre diversas culturas como dentro de una misma cultura”. (GOTHMAN apud CHAHER, 2007, p. 125)⁵

Depois de compreender esta diferença, o jornalista estaria apto a praticar o jornalismo em perspectiva de gênero compreendido como “una mirada transversal que atraviesa todos los temas, y por lo tanto, todas las secciones de los medios de comunicación” (CHAHER, 2007, p. 126)⁶. Assim, o jornalismo com perspectiva de gênero é centrado em uma pergunta: de que maneira este assunto/esta pauta afeta os homens e as mulheres diferentemente? E, para chegar a esta compreensão, a questão inicial se desdobraria, segundo Gothmann (apud Chaher, 2007), em duas outras: 1. O tema afeta a vida diária de uma ou de várias partes da população? e 2. Existem nesse âmbito diferenças entre as mulheres e os homens? Se as repostas para as perguntas forem positivas é porque as pautas podem e devem ser abordadas com enfoque de gênero.

⁴ “Quando exigimos, então, igualdade política, não nos podem responder que queremos identidade metafísica. Podemos, ao mesmo tempo, demandar igualdade e diferença? É razoável? É totalmente razoável e, inclusive, necessário. Exigimos que deem conta das diferença de nossos corpos e que incluam a igualdade política entre nossos direitos. Senão se dão conta das diferenças, a cidadania será algo abstrato e no poderíamos exercer nossas diferenças, a cidadania será algo abstrato e não podemos exercer nossos direitos” (tradução nossa).

⁵ “Sexo ‘se refere às características biológicas que definem homens e mulheres’ e gênero ‘às diferenças sócio-culturais entre mulheres e homens que foram aprendidas, mudam com o tempo e apresentam variações tanto em diferentes culturas como dentro de uma mesma cultura” (tradução nossa).

⁶ “Um olhar transversal que atravessa todos os temas e, portanto, todas as editoriais dos meios de comunicação” (tradução nossa).

A apuração que privilegia a compreensão da diferença, de acordo com Katrin Gothmann (apud Charer, 2007), tem início na reunião de pauta, em que os jornalistas envolvidos na produção da notícia discutem a pertinência da abordagem com enfoque de gênero; como encaminhar essa perspectiva ao desenvolver a reportagem; e como considerar e apresentar os diferentes impactos do fato para/sobre homens e mulheres.

La transversalidad de género en el periodismo consiste en la consideración y evaluación del impacto, para mujeres y hombres, de los políticos y sociales que son objeto de cobertura. Ello implica tomar en cuenta que hay diferencias en las necesidades y realidades de ambos sexos. El objetivo de la transversalidad en el periodismo es evitar discriminaciones y oponerse a las desigualdades existentes, aprovechando el poder que tienen las y los periodistas para promover la igualdad de género. (GOTHMANN apud CHAHER, 2007, p. 133)⁷

Embora um caminho para construção de uma sociedade com equidade entre homens e mulheres, o jornalismo com perspectiva de equidade de gênero é pouco difundido e não ensinado na maioria dos cursos de Jornalismo, na medida em que não lhe é dedicado uma cadeira específica ou um tópico em disciplinas teóricas – como Teorias do Jornalismo – ou práticas – a exemplo de Redação Jornalística. Sem compreender esse modo de realizar suas pautas, muitos dos jornalistas e dos veículos de comunicação, ao noticiarem, acabam por corroborar e disseminar práticas machistas e ou patriarcais. É nesse sentido que utilizaremos, no tópico a seguir, o jornalismo com perspectiva de gênero para analisar os títulos de reportagens sobre violência contra a mulher.

A violência contra a mulher nos títulos de portais de notícias

Os jornais/portais de notícias analisados foram seis no total. Dois de abrangência nacional (G1Notícias e Brasil de Fato), dois paranaenses (Gazeta do Povo e Plural), e dois de Guarapuava (RSN e Correio do Cidadão). Para a seleção dos títulos que comporiam o corpus deste trabalho, foi feita uma busca por palavras-chave como violência, agressão, feminicídio, mulher e, assim, foram separados todos os títulos que traziam o tema “violência contra a mulher” publicados entre primeiro de janeiro e 30 de junho de 2019. Esses títulos foram agrupados por veículo e, depois, divididos em seis categorias: 1) casos de violência doméstica; 2) casos de importunação/agressão sexual; 3) políticas públicas voltadas ao combate à violência

⁷ “A transversalidade de gênero no jornalismo consiste na consideração e na avaliação do impacto político e social do objeto/assunto para homens e mulheres. Isso implica levar em conta que existem diferenças nas necessidades e realidades dos sexos. O objetivo da transversalidade no jornalismo é evitar discriminações e opor-se as desigualdades existentes, aproveitando o poder que as e os jornalistas têm para promover a igualdade de gênero” (tradução das autoras).

de gênero; 4) casos de feminicídio; 5) casos de violência obstétrica; e 6) ações de combate à violência.

O G1 Notícias foi escolhido por ser um dos portais de maior acesso no país. Ao todo, encontramos 1.608 títulos publicados no período delimitado com as características procuradas. Desses, 664 correspondem à categoria 1 (casos de violência doméstica); 303 à categoria 2 (casos de importunação/agressão sexual); 110 à categoria 3 (políticas públicas voltadas ao combate a violência de gênero); 551 à categoria 4 (casos de feminicídio); quatro à categoria 5 (casos de violência obstétrica); e 42 à categoria 6 (ações de combate à violência)⁸.

O Brasil de Fato foi escolhido por apresentar uma linha editorial diversa à do G1. Enquanto este poderia ser considerado mais conservador, aquele teria um posicionamento mais progressista. Ao todo, o portal publicou 11 matérias que abordaram o tema no período analisado: três na categoria 1 (casos de violência doméstica); duas na categoria 2 (casos de importunação/agressão sexual); cinco na categoria 4 (casos de feminicídio); nenhuma na categoria 5 (casos de violência obstétrica); e uma na categoria 6 (ações de combate à violência de gênero).

A mesma diferença na perspectiva editorial foi levada em consideração na escolha dos veículos estaduais. A Gazeta do Povo com posicionamento mais conservador publicou 32 matérias sobre violência contra a mulher no período e o Plural, um veículo com proposta alternativa inclusive de financiamento, oito. Das 32 matérias da Gazeta, 10 foram classificadas na categoria 1 (casos de violência doméstica); 15 na categoria 2 (casos de importunação/agressão sexual); três na 3 (políticas públicas voltadas ao combate à violência de gênero); cinco como categoria 4 (casos de feminicídio); e nenhuma nas categorias 5 (violência obstétrica) e 6 (ações de combate à violência de gênero). Das oito matérias publicadas pelo Plural, duas foram classificadas como categoria 1 (casos de violência doméstica); uma como 2 (casos de importunação/agressão sexual); duas como 3 (políticas públicas voltadas ao combate a violência de gênero); uma como 4 (casos de feminicídio); uma como 5 (casos de violência obstétrica); e uma como 6 (ações de combate à violência).

Já os portais locais foram escolhidos porque são os de maior acesso na cidade. A RSN, no período analisado, contou com 58 matérias sobre o tema. Já o Correio do Cidadão, com 13. Das 58 matérias da RSN, 40 foram classificadas na categoria 1 (casos de violência doméstica); dois na categoria 2 (casos de importunação/agressão sexual); cinco na categoria 3 (políticas públicas

⁸ A soma das categorias é superior ao número total de títulos porque alguns deles correspondiam a mais de uma categoria e, assim, foram agrupados em mais de uma e somados mais de uma vez.

voltadas ao combate à violência de gênero); 11 na categoria 4 (casos de feminicídio); nenhuma como 5 (casos de violência obstétrica); e duas na categoria 6 (ações de combate à violência). Dos 13 títulos do Correio do Cidadão, cinco foram categorizados como 1 (casos de violência doméstica); nenhum como 2 (casos de importunação/agressão sexual); cinco como 3 (políticas públicas voltadas ao combate à violência de gênero); dois como 4 (casos de feminicídio); nenhum como 5 (casos de violência obstétrica); e dois como 6 (ações de combate à violência).

O G1, dentre os portais analisados, é o que mais se destaca pela quantidade de matérias sobre o tema “violência contra mulher”. Os títulos do portal, mesmo apresentando inúmeras manchetes sobre o tema, também apresentaram alguns padrões recorrentes que não cumprem com o papel de visibilizar a mulher e até mesmo, de certa forma, a culpabiliza pela violência sofrida ou acaba dando frente para que o leitor o faça. Isso ocorreu nas categorias 1 (casos de violência doméstica), 2 (casos de importunação/agressão sexual) e 4 (casos de feminicídio). Geralmente essas matérias, depois de falar sobre a violência, citam a palavra “após”, “por causa de” ou “depois” e um acontecimento, como se o meio justificasse o fim.

Segundo Sonia Santoro (2007), a linguagem é o instrumento com o qual expressamos nossos pensamentos e podemos refletir nossa cultura e o momento histórico-social. Para conseguirmos alcançar uma sociedade mais igualitária, precisa-se promover e utilizar uma linguagem não sexista e, para isso, os meios são fundamentais. Santoro, citando o *Guia de linguagem não sexista*, aponta que a língua não é neutra e ela reflete a sociedade.

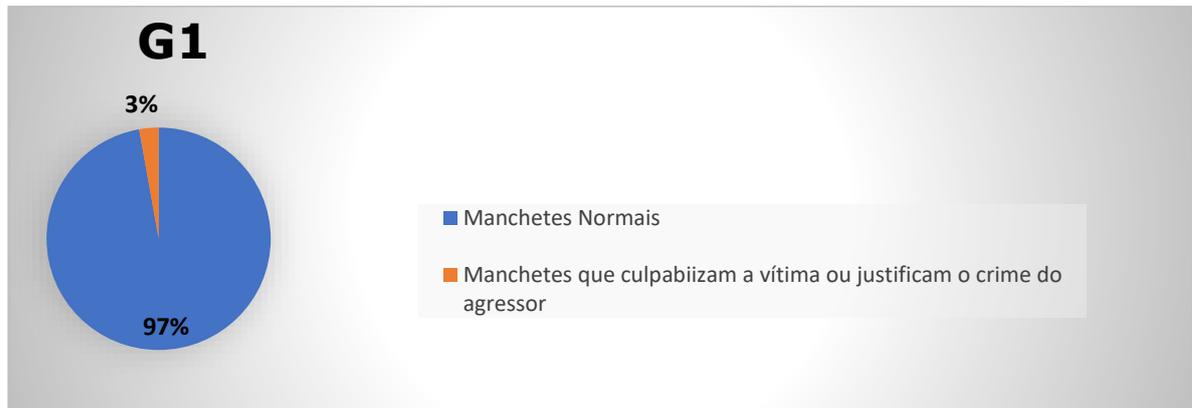
La lengua no es neutra y refleja la relación de los sexos en la sociedad y la posición de la mujer en dicha relación. La lengua es el espejo en el que la sociedad se refleja. El predominio de lo masculino en la sociedad significa que lo masculino determina el uso de la lengua. De hecho el género masculino ha prevalecido sobre el femenino. (SANTORO, 2007, p. 141)⁹

Dentre as 1603 manchetes publicadas pelo G1, 46 tinham elementos textuais que culpabilizavam a vítima e, simultaneamente, justificavam, por conseguinte a agressão masculina. São exemplos: “Homem diz a polícia que matou a ex porque ela não cumpriu ‘promessa’ de deixar de fazer programa”; “Mulher é agredida pelo namorado com socos até desmaiar ao ser vista acompanhada em Cuiabá”; e “Mulher é estuprada pelo ex-companheiro após fazer uso de drogas com ele, em Montes Claros”. Esses casos ocorrem porque, socialmente, ainda há uma tendência a esses comportamentos, de justificar os atos de violência

⁹ “A língua/linguagem não é neutra e reflete a relação entre os sexos na sociedade, além da posição da mulher nesta relação. A língua/linguagem é o espelho que reflete a sociedade. O predomínio do masculino na sociedade significa que o masculino determina o uso da língua. De fato, o gênero masculino tem prevalecido sobre o feminino” (tradução das autoras).

masculinos em relação à mulheres. Embora não sejam corretos do ponto de vista da equidade e nenhuma ocorrência desse tipo seja justificada, o número, do ponto de vista de proporcionalidade, é baixo, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Matérias com e sem perspectiva de gênero G1

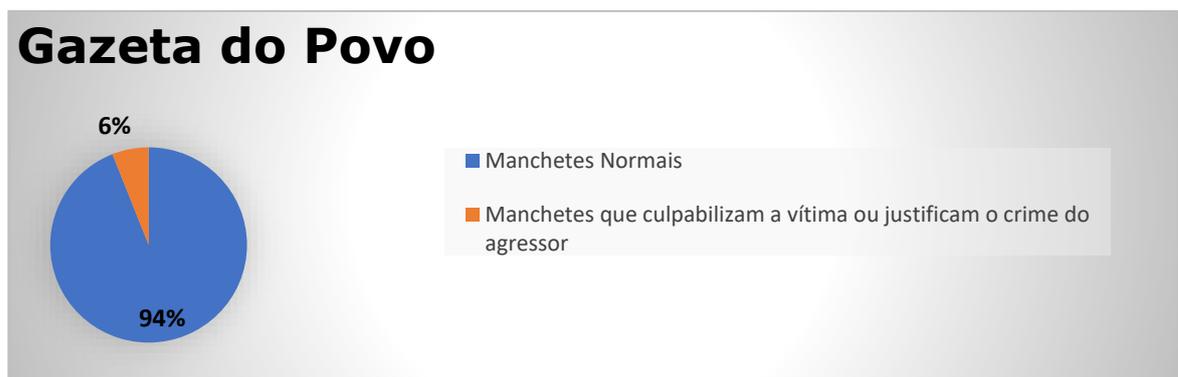


Fonte: gráfico desenvolvidos pelas autoras

No caso do Brasil de Fato, nenhuma manchete justificou o crime do agressor ou culpabilizou a vítima. Pelo contrário, os textos buscavam visibilizar as vítimas e a luta das mulheres. Porém, a pauta é bem menos recorrente que no G1.

Entre os portais de notícia estaduais, houve prevalência acentuada de respeito à vítima na Gazeta do Povo e totalidade de perspectiva de gênero em Plural.

Gráfico 2 - Matérias com e sem perspectiva de gênero Gazeta do Povo



Fonte: gráfico desenvolvido pelas autoras

Gráfico 3 - Matérias com e sem perspectiva de gênero *Plural*

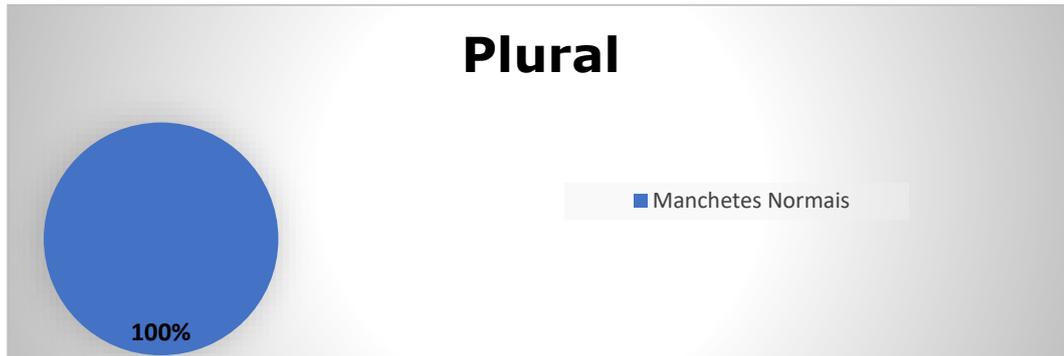


Gráfico desenvolvido pelas autoras

Entre os portais regionais, tanto a RSN quanto o Correio do Cidadão apresentaram manchetes que não culpabilizam a vítima, nem justificam o crime do agressor.

Voltando ao G1, entre as manchetes que culpabilizaram a vítima ou justificaram o crime do agressor, os casos são mais recorrentes na categoria 1 (casos de violência doméstica). São exemplos as seguintes manchetes: “Mulher não deixa ex ver celular, é agredida e ele foge levando o telefone dela”; “Mulher fala para o marido que quer separação e é agredida a socos e tapas em Porto Velho”; Homem esfaqueia mulher ao ser acordado para procurar emprego, diz polícia; vítima levou 15 pontos”.

Na Gazeta, a única matéria que culpabilizou a vítima também foi previamente categorizada como integrante da categoria 1 (casos de violência doméstica). A manchete era a seguinte: “Empresária é espancada durante quatro horas por homem que conheceu na internet”.

Rebecca Solnit diz ser comum a fúria masculina, quando os homens não têm suas necessidades satisfeitas, “assim como a ideia de que pode estuprar ou punir uma mulher para se vingar do que outras mulheres fizeram, ou deixaram de fazer” (SOLNIT, 2017b, p. 168).

Gráfico 4 – Manchetes sem perspectiva de gênero, categoria 1 – *G1*



Fonte: gráfico desenvolvido pelas autoras

Gráfico 5 - Manchetes sem perspectiva de gênero, categoria 1 – *Gazeta do Povo*



Fonte: gráfico desenvolvido pelas autoras

Voltando ao G1, a categoria 4 (casos de feminicídio) ficou em segundo lugar entre as manchetes com maior recorrência da ausência de perspectiva de gênero, ao publicar, por exemplo, “Morre mulher atingida por quatro tiros após chamar de ‘frouxo’ homem que rejeitou sexo em MS”; “Mulher é morta com tiro na cabeça e marido confessa ter atirado após receber tapa em festa de aniversário”; “Mulher nega pedido de namoro e é morta a golpes de estilete por homem na Bahia”.

Gráfico 6 - Manchetes sem perspectiva de gênero, categoria 4 – *G1*



Fonte: gráfico desenvolvido pelas autoras

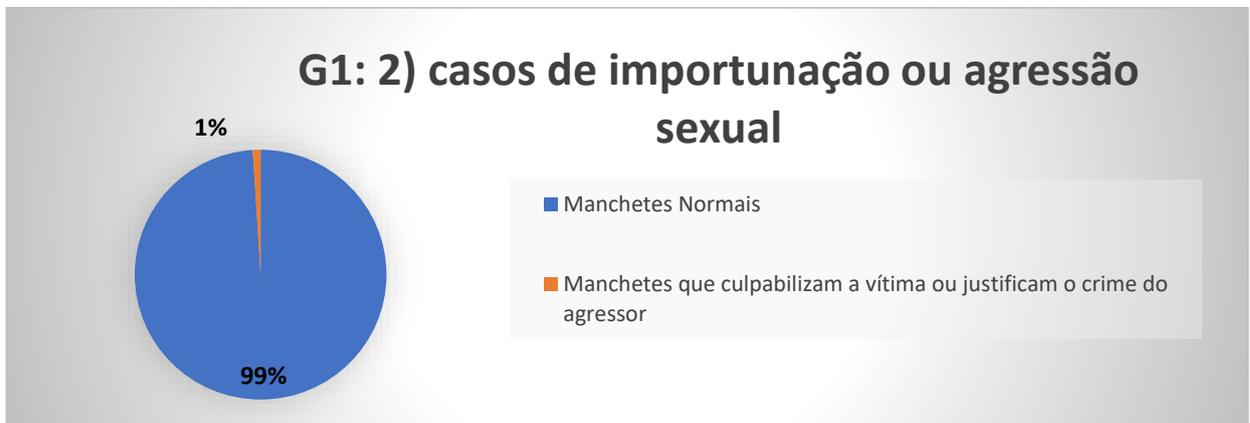
Segundo Solnit, o assassinato é a versão mais extrema do autoritarismo masculino, pois

o assassino afirma que tem o direito de decidir se você vai viver ou morrer – o meio mais extremo de controlar alguém. Isso pode acontecer mesmo que você seja obediente, porque o desejo de controlar provem de uma raiva que a obediência não consegue mitigar. Qualquer que seja o medo ou a sensação de vulnerabilidade subjacente a esse comportamento, ele também resulta do sentimento de ter direitos

sobre alguém – o direito de infligir sofrimento e até mesmo a morte a outras pessoas. É algo que gera sofrimento no perpetrador e nas vítimas. (SOLNIT, 2017b, p. 40)

Ainda no G1, a categoria 2 (casos de agressão/importunação sexual) também apresentou manchetes que culpabilizam a vítima e justificam o ato do agressor, porém em menor número que as categorias 1 e 4. São exemplos: “Menina de 13 anos é estuprada durante bebedeira com dois homens em RO”; “Mulher é estuprada, agredida com mordidas e ameaçada por não aceitar reatar casamento com ex, em RO”; “Mulher é estuprada pelo ex-companheiro após fazer uso de drogas com ele, em Montes Claros”.

Gráfico 10 - Manchetes sem perspectiva de gênero, categoria 2 – G1



Fonte: gráfico desenvolvido pelas autoras

Rebecca Solnit, ao citar o assédio sexual e os constantes ataques sofridos diariamente pelas mulheres, recorre à expressão “cultura do estupro” (SOLNIT, 2017b, p.167).

O estupro e outros atos de violência, chegando até o assassinato, bem como ameaças de violência, são a barragem que alguns homens erguem ao tentar controlar algumas mulheres, e o medo dessa violência limita a maioria delas. São limitações a que elas já se habituaram de tal maneira que mal notam - e dificilmente enfrentam. (SOLNIT, 2017b, p. 44)

E, por fim, segundo Solnit, “o fato de muitos homens acharem que têm direito e a necessidade de controlar as mulheres, pela violência ou qualquer outro meio, só revela muito sobre o sistema de crença que adotam sobre a cultura em que vivemos” (2017a, p. 47).

Os resultados mostram um avanço na abordagem do tema violência contra a mulher pelos portais de notícias, na medida em que as reportagens visibilizam esse tipo de agressão como um problema sócio-cultural, baseado no machismo e no patriarcado, que precisa ser combatido. Além disso, diferentemente do caso que me levou a enveredar por esse tema de pesquisa,

majoritariamente, as notícias, no período analisado, não são condescendentes com os homens, justificando seus comportamentos agressivos com outros comportamentos por parte das mulheres.

Referências

CHAHER, Sandra. Transversalización del enfoque de género. In: CHAHER S; SANTORO S. *Las palabras tienen sexo: Introducción a un periodismo con perspectiva de género*. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007. p.125-136

SANTORO, Sonia. La práctica del periodismo de género. In: CHAHER S; SANTORO S. *Las palabras tienen sexo: Introducción a un periodismo con perspectiva de género*. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007. p.137-152

LOZANO, Fernanda Gil. História de las mujeres. Mujeres en la Historia. In: CHAHER S; SANTORO S. *Las palabras tienen sexo: Introducción a un periodismo con perspectiva de género*. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007. p.34-54.

MAFFIA, Diana. Sujeitos, política y ciudadanía. In: CHAHER S; SANTORO S. *Las palabras tienen sexo: Introducción a un periodismo con perspectiva de género*. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007, p. 15-33.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Porto Alegre: Educação e realidade, 1995.

SOLNIT, Rebecca. *A mãe de todas as perguntas: Reflexões sobre os novos feminismos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017a.

_____. *Os homens explicam tudo para mim*. São Paulo: Cultrix, 2017b.